

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.645 - SP (2019/0328619-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **STRONG CONSULTORIA EDUCACIONAL LTDA**
RECORRENTE : **FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**
ADVOGADOS : **MARCIAL BARRETO CASABONA - SP026364**
 JOSÉ DE PAULA MONTEIRO NETO - SP029443
 LUCIANO OSCAR DE CARVALHO - SP246320
 CARLOS EDUARDO BENETI E OUTRO(S) - SP368463
RECORRIDO : **WILSON ROGERIO MOLINA**
ADVOGADO : **ELYZE FILLIETTAZ - SP099659**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por STRONG CONSULTORIA EDUCACIONAL LTDA e FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 309):

Agravo de instrumento. Execução por quantia certa. Decisão que indeferiu pedido de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação – CNH do executado. Pedido que não envolve expropriação de bens que possam satisfazer o crédito. Decisão de indeferimento mantida. Recurso desprovido.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação do art. 139, IV, do CPC/15. Sustenta, em síntese, que a suspensão da CNH e passaporte, assim como o cancelamento dos cartões de crédito do recorrido são medidas efetivas para o adimplemento da dívida. Afirma, ademais, que a aplicação das medidas atípicas sub-rogatórias e coercitivas não ferem o direito à liberdade e da dignidade da pessoa, constituindo instrumento plausíveis para assegurar o crédito e a satisfação da execução.

Sem contrarrazões.

É o relatório. Decido.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal

na forma do novo CPC".

Consta dos autos que a parte recorrente ajuizou ação de execução objetivando o recebimento de R\$ 12.926,04, referentes a serviços educacionais prestados, valor não quitado pelo recorrido.

O TJ-SP manteve a decisão de indeferimento do pedido de tutela consistente na suspensão da Carteira Nacional de Habilitação do ora agravado, asseverando que a medida requerida pelas insurgentes para assegurar a execução apresenta-se como extrema ao executado e, portanto, fere disposição constitucional. É o que se depreende da leitura do seguinte excerto do v. aresto impugnado (fls. 310-311):

O devedor, nos termos do art. 789 do CPC/2015, responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento de suas obrigações, salvo as restrições estabelecidas em lei. Os atos a serem praticados com vistas à satisfação do crédito perseguido na execução devem ter por finalidade a expropriação de bens do executado e o recebimento da dívida pelo credor.

As medidas indutivas e coercitivas mencionadas no art. 139, IV, do CPC, não envolvem as requeridas e indeferidas pela r. decisão agravada, que deve ser mantida.

O pedido de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação CNH do executado não envolve expropriação de bens que possam satisfazer o crédito, fere o princípio da razoabilidade, além de prejudicar o direito de locomoção, razão pela qual não deve ser deferida.

[...]

Verifica-se que a despeito do previsto no artigo 139, IV, do Código de Processo Civil/15, devem ser levadas em consideração as disposições constitucionais e a pretensão do agravante afronta o previsto no artigo 5º, inciso XV, da Constituição Federal.

Destarte, a r. decisão deve ser mantida.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 126/STJ, uma vez que é imprescindível a interposição de recurso extraordinário quando o acórdão recorrido possui fundamento de natureza constitucional suficiente por si só para a manutenção da decisão.

Nesse sentido: “Existindo fundamento de índole constitucional, suficiente para a manutenção do acórdão recorrido, cabia à parte recorrente a interposição do imprescindível Recurso Extraordinário, de modo a desconstituí-lo. Ausente essa providência, o conhecimento do Especial esbarra no óbice da Súmula 126/STJ, segundo a qual ‘É

inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta-se em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário'. Precedentes do STJ" (AgInt no AREsp 1.288.579/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 25/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 821.329/PB, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 13/2/2019; AgInt nos EDcl no REsp 1.445.887/PR, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no AREsp 1316610/SC, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 6/12/2018; e AgRg no AREsp 800.057/RN, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 14/11/2018.

Além disso, a modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido, acima transcrito, a fim de perquirir o cabimento das providências constritivas requeridas pela parte, nos termos em que ora postula, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório. Em reforço:

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. MEDIDAS SATISFATIVAS DO CRÉDITO PERSEGUIDO DEVEM SER RAZOÁVEIS E PROPORCIONAIS, PARA QUE SEJAM MENOS GRAVOSAS AO DEVEDOR E MAIS EFICAZES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. PRECEDENTE. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE DA EXECUÇÃO EM FACE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. REVOLVIMENTO DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. É assente a cognição jurisprudencial deste Sodalício no sentido de que as medidas de satisfação do crédito perseguido em execução não podem extrapolar os liames de proporcionalidade e razoabilidade, de modo que contra o executado devem ser adotadas as providências menos gravosas e mais eficazes. Precedente.

2. No caso em exame, o Tribunal de origem, analisando o acervo fático-probatório dos autos, concluiu que os pedidos formulados pelo exequente, de suspensão de passaporte, de suspensão da CNH e de cancelamento dos cartões de crédito e débito, seriam

excessivamente gravosos aos executados e desproporcionais à obrigação de pagamento do débito, mormente considerando que, no caso, o Juízo a quo já deferira medida adequada a compelir os devedores ao adimplemento, determinando inclusão de seus nomes nos cadastros de proteção ao crédito. A revisão de tal entendimento, na via estreita do recurso especial, sobretudo para perquirir a adequada aplicação do princípio da menor onerosidade no caso concreto, encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno desprovido."

(AgInt no AREsp 1.283.998/RS, Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, julgado em 9/10/2018, DJe 17/10/2018) - grifou-se.).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PRETENSÃO DE QUE SEJA SUSPensa A CNH DO DEVEDOR COM BASE NO ART. 139, IV, DO CPC/2015. CONCLUSÃO NO SENTIDO DA INADEQUAÇÃO DA MEDIDA PARA O FIM COLIMADO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O Tribunal estadual entendeu que a medida pleiteada - suspensão da CNH dos recorridos - é inadequada para o fim colimado, pois é desproporcional no caso em tela, especialmente porque atinge a pessoa do devedor, não seu patrimônio. Essa conclusão foi fundada na apreciação fático-probatória da causa, atraindo a aplicação da Súmula 7/STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.233.016/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 10/4/2018, DJe 17/4/2018).

Por fim, quanto à interposição do recurso pela alínea "c", na espécie, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, pois “não se admite como paradigma para comprovar eventual dissídio, acórdão proferido em 'habeas corpus', mandado de segurança, recurso ordinário em 'habeas corpus', recurso ordinário em mandado de segurança e conflito de competência” (AgRg no AREsp n. 830.977/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 19/12/2018).

Nesse mesmo sentido: “A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à impossibilidade de acórdão proferido em sede de habeas corpus, mandado de segurança e recurso ordinário servir de paradigma para fins de alegado dissídio

Superior Tribunal de Justiça

jurisprudencial, ainda que se trate de dissídio notório, eis que os remédios constitucionais não guardam o mesmo objeto/natureza e a mesma extensão material almejados no recurso especial' (AgRg nos EREsp 998.249/RS, relator Min. Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, DJe de 21/9/2012)” (AgRg no REsp n. 1.779.992/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 19/2/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no REsp n. 1.776.527/PR, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 26/2/2019; AREsp n. 1.380.224/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 14/12/2018; e REsp n. 1.463.712/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 5/12/2017, DJe de 13/12/2017.

Diante do exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília-DF, 18 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator